

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, pelas vinte horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Batista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1. Reorganização Administrativa Territorial Autárquica – Ponto de situação;**-----

-----**2. Relatório Anual da Atividade da CPCJ de 2011;**-----

-----**3. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.**-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Estavam presentes todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Anabela Martins, Júlio João Vieira Carreira e Luis Manuel Coelho de Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----**2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs depois à consideração do plenário a ata da sessão anterior, perguntando se alguém queria intervir acerca da mesma, inscrevendo-se para intervir os deputados municipais Ana Narciso (PSD) e Luís Esperança Virgílio (PSD)-----

-----**Ana Narciso (PSD)**, interveio para dizer que na página 277 deve ler-se “tráz” e não “trás” e na página 282 onde se lê “oara” dever-se-á ler “para”. Quanto ao conteúdo disse nada ter a obstar.-----

-----**Luís Esperança Virgílio (PSD)** referiu também que na página 264, onde o senhor Presidente dá resposta a João Coelho, onde se diz “ ... ser revista a possibilidade da estação dos correios sair da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vila do Juncal....”, deve ler-se “... ser revista a possibilidade da estação dos correios **não** sair da vila do Juncal....”.

-----Com as correções que foram introduzidas, foi a presente ata posta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com três abstenções.

2. LEITURA DO EXPEDIENTE:

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível para os membros que desejarem a sua consulta.

-----Fez ainda uma referencia aos votos de Boas Festas que esta Assembleia Municipal recebeu por parte de entidades tão variadas como Liga dos Combatentes, Assembleia da Republica e outros.

-----Disse depois ter recebido do grupo parlamentar do PCP um convite para uma audição parlamentar sobre a proposta de Lei do Governo que visa extinguir freguesias, sendo que este convite é extensivo aos membros da Assembleia Municipal. Neste contexto referiu ainda o documento que recebeu da ANAFRE acerca do projeto de Lei que está a ser objeto de análise na Assembleia da Republica.

-----Continuou dizendo que queria agradecer a todas as entidades que têm tido a amabilidade de convidar o Presidente da Assembleia Municipal para os eventos que se desenvolvem no concelho.

-----Referiu depois que queria parabenizar a Câmara Municipal pelo seu novo sítio na internet dizendo que depois de o comparar com os de outras Câmaras vizinhas, é sua opinião que este está melhor, muito acessível e bem organizado, estando a página da Assembleia Municipal muito bem elaborada.

-----No que se refere à moção que aqui foi aprovada na última sessão sobre o encerramento da estação dos Correios de Portugal no Juncal, disse que a mesma foi endereçada à Administração dos CTT, com conhecimento ao Ministério da Economia e do Emprego e à ANACOM. Continuou dizendo ter recebido resposta oficial do senhor Vice-Presidente do Conselho de Administração dos CTT, que passou a ler:

-----*Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Porto de Mós-----

-----Presente a carta de V. Ex^a datada de 8 de fevereiro informando da associação da Assembleia Municipal de Porto de Mós, à moção apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, sobre a prestação de serviços postais naquela localidade, mereceu de nós a nossa melhor atenção.-----

-----Compreendendo naturalmente as preocupações manifestadas, no sentido de ser assegurada a prestação dos serviços postais à população da freguesia do Juncal, preocupações de que este Conselho de Administração igualmente partilha, afigura-se relevante, prestar os devidos esclarecimentos sobre as circunstâncias subjacentes à necessidade de, salvaguardando a qualidade e a proximidade, reequacionar outras formas de prestar o serviço postal universal cometido aos CTT.-----

-----Na verdade, a prestação deste serviço, tem de necessariamente ser desenvolvida no estrito cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas, ponderando o devido equilíbrio entre a adequada satisfação das necessidades postais da população e a indispensável sustentabilidade do serviço universal.-----

-----A quebra acentuada do tráfego postal e o decréscimo dos clientes que diariamente visitam as Estações de Correio (EC), como vem acontecendo em Juncal, aliada ao atual cenário macroeconómico, colocaram a esta empresa desafios de grande exigência q que importa responder.-----

-----Ao longo dos últimos anos, os CTT têm promovido formas alternativas de garantir a prestação de serviços postais, estabelecendo soluções de agenciamento do atendimento a terceiras entidades, nomeadamente às Juntas de Freguesia, seguindo um princípio de que, as parcerias estabelecidas preservam a relação de proximidade e confiança que os CTT, desde sempre, têm mantido com todos os clientes e populações em geral e que tem tido na grande maioria dos casos a melhor aceitação das populações e das Juntas de Freguesia envolvidas. -----

-----As Juntas de Freguesia constituem parceiros privilegiados, a quem é dada sempre preferência no processo de agenciamento, tendo nesse âmbito, sido celebrado entre os CTT e a ANAFRE um protocolo, que tem dado resultados positivos. Durante o ano de 2011, foi possível estabelecer idênticos acordos de parceria, um pouco por todo o país, com 29 Juntas de Freguesia e 2 Câmaras Municipais, o que eleva para mais de 720 contratos ativos com Juntas de Freguesia. ----

-----Tendo em conta os pressupostos enunciados, e a caracterização da procura postal na EC de Juncal, que nos últimos três anos registou um decréscimo significativo do número médio diário de clientes (-10.7%) mostraram-se criadas todas as condições para equacionar a sua substituição por um Posto de Correio.-----

-----Um Posto de Correio é um balcão integrado noutra instituição, explorado por um parceiro local dos CTT (Junta de Freguesia ou estabelecimento comercial), que através de contrato com os CTT assegura a prestação de todos os serviços postais (expedição e entrega de correspondências, correio registado e encomendas) e de outros serviços, incluindo, nomeadamente, o pagamento de vales de pensões de reforma e cobrança de faturas de serviços públicos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O funcionamento de um Posto de Correios, é feito de acordo com as regras, controlo e supervisão dos CTT, possibilitando assim a manutenção no acesso dos clientes e populações em geral aos serviços postais com qualidade e em proximidade, mantendo os CTT – Correio de Portugal a responsabilidade pela prestação do serviço postal universal nos termos concessionados.-----

-----Não está assim em causa a prestação dos serviços postais nem o atendimento postal à população nessa localidade, mas tão só a forma de os executar.-----

-----Com o propósito de enquadrar a Junta de Freguesia do Juncal nas necessidades e objetivos do programa de reorganização da rede de atendimento, bem como de avaliar a possibilidade e interesse em esta entidade efetuar um acordo de parceria com vista a assegurar a exploração do Posto de Correio de Juncal, foram promovidos pelos CTT contactos com a mesma.-----

-----Dada a falta de interesse manifestada pela Junta de Freguesia de Juncal na parceria com os CTT, e também como forma de estimular o empreendedorismo local, foram encetados contactos com terceiras entidades interessadas, igualmente idóneas, com vista a seleccionar a mais adequada para assegurar o funcionamento do Posto de Correio de Juncal.-----

-----Já tivemos oportunidade de informar o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal dos factos e enquadramento ora expostos, bem como, de que se encontra ainda em curso a análise do processo de reorganização da Estação de Correio do Juncal, contando com a melhor compreensão de todos para a solução que venha a ser implementada.-----

-----Com os melhores cumprimentos e consideração pessoal, (Pedro Coelho).-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que todo o diálogo que teve com o senhor Vice-Presidente do Conselho de Administração dos CTT, foi no sentido de que a população do Juncal não perdesse nenhum serviço que atualmente tem. Disse ainda que face ao enquadramento, a solução poderia passar por uma reunião entre a Junta de Freguesia e os CTT, por forma a serem analisados todos os pormenores e eventualmente assegurar um protocolo que não prejudique a população e que não vá onerar a Junta de Freguesia, estando a palavra do lado da Junta de Freguesia do Juncal, que encaminhará o assunto como melhor entender.-----

-----Continuou depois dizendo que queria, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós, apresentar as mais sentidas condolências à senhora Vereadora Rita Cerejo e a toda família enlutada pelo falecimento do seu avô, ficando esse voto de condolências a constar em ata.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Pedi a palavra, e solidarizando-se com o voto de condolências supra, disse que também tinha um voto de pesar para propor à Assembleia, achando oportuno fazê-lo agora, passando a ler o voto de pesar que a seguir se transcreve:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTO DE PESAR

-----*Há pessoas que se definem, sobretudo pela sua vida. Pelo que são. Há pessoas que se definem, sobretudo pela sua obra. Pelo que fazem. Há, porem, os caracteres de exceção, que se definem tanto pela sua vida, como pela sua obra. Pelo que são e pelo que fazem e a forma como o fizeram.*-----

-----*A Dr^a. Maria Manuela da Costa Malho Ilharco Gonçalves, foi brilhante como aluna de Direito; foi brilhante como profissional; sempre impressionou pela inteligência, capacidade argumentativa e conhecimento invulgares, competências excecionais, reconhecidas tanto dentro como fora desta Assembleia Municipal.*-----

-----*Podíamos ter discordado e certamente discordamos muitas vezes, mas fica a memória de alguém que se distinguiu na nossa comunidade enquanto profissional, Presidente da Cruz Vermelha, militante e Deputada Municipal eleita pelo CDS, tomando posse a 31 de dezembro de 1979, sendo reeleita em mandatos sucessivos até 1993.*-----

-----*Por isso mesmo, hoje, na hora do luto pela sua morte, merece que esta Assembleia a reconheça como exemplo de dedicação às causas publicas e politicas feitas com elevação e nobreza.*-----

-----*Porto de Mós, 24 de fevereiro de 2012. (Os eleitos do PSD)*-----

-----Terminou pedindo que o presente voto de pesar fosse endereçado à família enlutada.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, aproveitando o ensejo, disse que também ele queria apresentar em seu nome pessoal um voto de pesar também, pelo desaparecimento de um homem que marcou esta região, referindo-se ao Eng^o José Ribeiro Vieira, enviando a partir desta Assembleia Municipal à família as mais sentidas condolências.-----

-----**Ana Narciso** propôs que se fizesse um minuto de silencio tendo o senhor Presidente da Assembleia concordado, por forma a que se evocassem as três personalidades desaparecidas.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara, usando da palavra, disse que a Câmara Municipal se queria associar e subscrever os votos de pesar propostos.-----

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes, disse que queria aproveitar para agradecer a todos, em seu nome pessoal e da população da freguesia da qual é Presidente de Junta, a forma como o seu pedido de apoio relativamente à Estação de Correios do Juncal, foi recebido por todos (Presidente da Assembleia Municipal, deputados municipais e Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal). Disse ainda querer deixar um agradecimento especial ao senhor Presidente da Assembleia Municipal pela forma como se empenhou neste assunto. Disse depois que na quarta feira foi recebida na Junta de Freguesia uma carta do senhor Vice Presidente do Conselho de Administração dos CTT, cujo conteúdo é idêntico à carta que o senhor Presidente da Assembleia leu. Continuou dizendo que finalmente chegou às suas mãos uma explicação sobre o assunto, o que até esta data, ainda não tinha acontecido. Referiu-se ainda à parte da carta que diz que a Junta de Freguesia não mostrou interesse em ser parceiro, esclarecendo que a sua falta de interesse não é por não haver interesse, passe a redundância, mas sim por achar que não devia ser a Junta de Freguesia a primeira entidade a concordar com o encerramento da Estação de Correios, ficando numa posição inferior à existente neste momento. Disse ainda que depois desta resposta por parte dos CTT, o executivo da Junta de Freguesia já reuniu e que irá dar conhecimento dessa resposta à Comissão de Utentes, propondo-se agendar uma reunião com o senhor Vice-Presidente do Conselho de Administração dos CTT. Terminou dizendo ser muito difícil aceitar a situação e que a Junta de Freguesia, deve, no interesse da população da freguesia e do concelho, levar esta luta às ultimas consequências no sentido de tentar manter este serviço, atendendo também ao ponto estratégico - geográfico em que esta Estação de Correios está instalada.-----

-----Chamou depois a atenção para o facto de ter acontecido hoje um incêndio na Tremoceira e que se arrastou rapidamente até à Moitalina, tendo dito que acompanhou os bombeiros, e que verificou que uma das razões para que o incêndio se alastrasse tão rapidamente é a falta de limpeza das propriedades, tendo aparecido no meio do matagal um depósito de gás, sendo esta uma situação muito perigosa. Disse ainda que estas situações devem ser denunciadas e referenciadas, pelo risco que acarretam.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Usou da palavra para apresentar uma moção sobre o TDT, que passou a ler:-----

----- **Moção** -----

----- **TDT** -----

-----*Considerando que grande parte das freguesias do nosso concelho de Porto de Mós, não está coberta pelo sinal da Televisão Digital Terrestre, encontrando-se em zona sombra, que mais se agrava e alastra durante a noite;*-----

-----*Considerando que a Televisão é para grande parte da população a única distração, companhia, passa-tempo e canal de informação;*-----

-----*Considerando que pelo sistema analógico, o concelho que estava bem servido, ficou agora pessimamente coberto e mal servido pelo canal de TDT;*-----

-----*Considerando que os munícipes de Portomosenses pagaram os seus impostos e taxas como a restante população do país, logo têm direito ao mesmo serviço de televisão gratuita.*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A Assembleia Municipal de Porto de Mós, reunida em sessão no dia 24 de fevereiro de 2012, exige que a ANACOM, PT e outras entidades envolvidas e responsáveis pela mudança, procedam com a urgência às alterações necessárias para que todo o território do concelho de Porto de Mós fique gratuitamente coberto pelo sinal de TDT.-----

-----Solicitam que a Câmara continue a empenhar-se e a diligenciar, exigindo por todos os meios para que tal se concretize.-----

-----Que a presente seja enviada ao Presidente da ANACOM, da PT e senhor Ministro da Economia e Comunicações.-----

-----Porto de Mós, 24 de fevereiro de 2012. (Os Deputados do PSD).-----

-----Referiu ainda que antes de fazer isto, teve o cuidado de consultar alguns técnicos que lhe disseram que a situação continua e que de noite é mesmo bem pior.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra, disse que queria aqui colocar algumas questões sobre diversas estradas rurais que necessitam de algumas reparações.-----

-----Disse depois que se sente satisfeito pela execução da obra que se está a levar a efeito na Avenida de Santo António, que do seu ponto de vista é positiva.-----

-----Continuou depois dizendo que a seca que se está a verificar está a criar grandes problemas, principalmente na área da agricultura e da produção animal, achando necessário que se tomem algumas medidas, que do seu ponto de vista seria a declaração do estado de calamidade pública, pedindo apoios à União Europeia, sobretudo das medidas compensatórias que deviam ser pagas atempadamente. Referiu ainda que a situação está muito difícil sobretudo para os produtores de leite, devido às baixas do preço do leite e à subida dos fatores de produção, estando a situação a tornar-se insustentável, levando ao encerramento das explorações. Quando encerra uma exploração, não encerra apenas para o produtor, mas também para quem leva o leite, para quem fornece a ração atingindo várias pessoas em cadeia.-----

-----Referiu-se também à crise que também atinge a exploração de calçada, dizendo que se havia duzentas explorações hoje haverá umas vinte.-----

-----Pedi por fim, a solidariedade da Assembleia Municipal para com os agricultores e exploradores de calçada, chamando a atenção para o empobrecimento e degradação do mundo rural.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra disse que também viu o *site* da Câmara, e que o achou interessante. Referiu-se depois ao *site* de Peniche, dizendo que só há duas câmaras (a de Peniche e a de Angra do Heroísmo) que disponibilizam em direto e em *on line* as sessões da Assembleia Municipal, referindo que deixava a ideia.-----

-----Disse depois que na ultima sessão ficou sugerido que hoje seria dado um tempo para a discussão sobre o púlpito a instalar nesta Assembleia Municipal, para que os membros desta pudessem falar e discutir os assuntos, numa posição de olhos nos olhos propondo pois, a colocação de um púlpito na sala.-----

-----**Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Disse querer manifestar a sua satisfação pela inauguração do polo da Biblioteca na Casa da Cultura na vila de Mira de Aire, no passado dia 4 de fevereiro.-----

-----Passou depois a perguntar ao senhor Presidente da Câmara para quando o atendimento dos serviços municipais em Mira de Aire.-----

-----**Helder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS):**-----

-----Disse que em primeiro lugar queria solidarizar-se com o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal acerca do problema que existe com os CTT. Disse depois que a Junta de Freguesia da Calvaria de Cima, há vários anos que tem um protocolo com os CTT, funcionando até agora, bem.-----

-----Continuou dizendo que se queria referir ainda a alguns artigos de opinião que têm vindo na comunicação social e que vêm defender o quanto é bom viver numa área classificada ou num parque natural. Disse que não defende isso, porque vive numa área classificada e em vias de mais classificação e que é triste viver numa zona onde se tem os seus próprios bens sem ser dono deles, não podendo deles dispor livremente. Existem várias opiniões escritas que referem que o próprio município não tem sabido aproveitar o quanto é bom ter estas áreas dentro do município. Reafirmou mais uma vez que não defende isso e que em São Jorge não se constrói uma habitação há vários anos, e que os lugares que Ilhe estão próximos terão beneficiado dessa impossibilidade, tendo tido a Calvaria de Cima e as outras zonas envolventes um crescimento acima da média, por via desse impedimento. Terminou dizendo que era apenas para pedir algum cuidado aos colonistas, pedindo ainda que tentem saber o que é viver dentro de uma zona com essas limitações tirando depois conclusões.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António José Meneses Teixeira (PS)**:-----

-----Usando da palavra disse que a sua primeira intervenção teria a ver com as normas de classificação do Campo Militar de S. Jorge, e que depois de conversar com todos os grupos parlamentares eleitos nesta assembleia, foi decidido pôr a discussão e entregar à mesa a moção que passou a ler, e que a seguir se transcreve:-----

-----**Moção**-----

-----Os eleitos à Assembleia Municipal de Porto de Mós propõem a seguinte moção, tendo em consideração: -----

-----1. Os últimos desenvolvimentos em relação à classificação do Monumento Nacional Campo da Batalha de Aljubarrota ou Campo Militar de S. Jorge de Aljubarrota (Decreto nº 18/2010, de 28 de dezembro) e da respetiva Zona Especial de Proteção (colocada em Consulta Pública <través do Anuncio nº 18152/2011,D.R. nº 234, 2ª Série, de 7 de dezembro de 2011;-----

-----2. Que por ausência de um diálogo franco, direto e esclarecedor, no passado, entre as entidades responsáveis pela proposta de classificação, a população e o próprio Município, todo o processo de classificação se desenvolveu de forma pouco clara e até conflituosa;-----

-----3. O fraco conhecimento do território por parte do promotor da classificação – o Estado Maior do Exército – que chega a afirmar tratar-se de um local “utilizado na sua maioria para fins agrícolas e florestais”;-----

-----4. A ausência de bases científicas sólidas relativamente à efetiva existência de vestígios arqueológicos que comprovem o real posicionamento das tropas durante a Batalha de Aljubarrota, salvo as zonas já intervencionadas (estudos de Afonso do Paço, na década do 50 do século XX e da equipa orientada pelo Prof. Gouveia Monteiro, em 1999) que trouxeram à luz vestígios arqueológicos e osteológicos relevantes;-----

-----5. A discordância de opiniões de estudiosos da matéria quanto à área a classificar, tendo algumas dessas opiniões sido mesmo ignoradas pelas entidades responsáveis pela classificação;-----

-----6. O afastamento de um dos principais investigadores do Campo Militar (Prof. João Gouveia Monteiro) por não concordar com a linha de atuação das entidades tutelares e da Fundação da Batalha de Aljubarrota, afirmando não reconhecer à Associação do Amigos do Campo Militar de São Jorge (Atualmente Fundação Batalha de Aljubarrota) “a credibilidade científica imprescindível à prossecução dos objetivos a que se propõe”; este historiador considerou que aquela Associação, ao invés da preservação do património cultural, pretendia sim transformar o campo “num parque de diversões de inspiração histórica” (o que, aliás, pode ser comprovado pelo merchandising hoje encontrado no CIBA);-----

-----7. As notáveis áreas territoriais afetadas ao Monumento (Monumento propriamente dito: 40 há; Zona Especial de Proteção: 200 há);-----

-----8. As consequências nefastas ao nível da sócio economia e demografia que as condicionantes urbanísticas associadas ao Monumento e respetiva ZEP trarão (sendo disso exemplo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as eventuais, e quase certas, zonas non aedificandi;-----

-----9. *As implicações ao nível do direito de propriedade das quais é exemplo a obrigatoriedade legal do direito de preferência na aquisição de bens classificados ser dado ao Estado ou a imposição de comunicação prévia, ao serviço competente, da alienação, dação, etc. de bens classificados (Lei 107/2001, de 8 de setembro);*-----

-----10. *As reclamações, recentes da Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, Comissão Instaladora da Associação de Moradores e Proprietários de São Jorge e de particulares, no sentido de manifestar discordância com todo o processo de classificação;*-----

-----*Perante esta análise, estremadas que estão posições, é nossa opinião que a resolução deste conflito passa por juntar, à mesma mesa, as entidades Comissão Instaladora da Associação de Moradores e Proprietários de São Jorge, IGESPAR, DRCC, Autarquia e FBA para definirem aquilo que sendo melhor para todos, possa minimizar o prejuízo de alguns.*-----

-----*Neste sentido, os eleitos à Assembleia Municipal de Porto de Mós, vêm propor que, como base de trabalho, se parta da área classificada pela Portaria nº 708/77 de 17 de novembro, com algumas necessárias adaptações.*-----

-----*Propõe-se, ainda, a desclassificação do Monumento Nacional Campo da Batalha de Aljubarrota ou Campo Militar de São Jorge de Aljubarrota classificado nos termos do Decreto nº 18/2010, de 28 de dezembro, bem como a respetiva ZEP (Zona Especial de Proteção).*-----

-----*Para mediar este conflito propomos a criação de uma comissão, composta por três elementos desta Assembleia Municipal, sob a liderança do Presidente da Mesa e escolhidos por este, cujo objetivo passa, numa primeira fase, por fazer a aproximação das partes em conflito.*-----

-----*Assembleia Municipal de Porto de Mós, 24 de fevereiro de 2012.*-----

-----*Pelos Eleitos à Assembleia Municipal de Porto de Mós (António José de Meneses Teixeira (PS), António Pires (PSD), António Ferraria (CDU), Luís Manuel da Silva Cordeiro (IPSB)*-----

-----***António Manuel de Sousa Pires (PSD):***-----

-----*Usou da palavra dizendo que, seguindo o que foi sugerido pela deputada Ana Narciso sairia do seu lugar para falar de frente para o público, atendendo ao teor da dissertação que pretendia fazer, tendo o senhor Presidente da Assembleia intervido, para dizer que este era o período de antes da ordem do dia e que a discussão da moção que havia sido agora apresentada pelo anterior interveniente, seria discutida depois, durante o período de intervenção do público, que necessariamente iria esclarecer este assunto. Assim sendo, António Pires disse que prescindia da palavra, usando-a depois nessa altura.*-----

-----*O senhor Presidente da Assembleia disse ainda que o senhor deputado António José Teixeira tinha preparada uma intervenção sobre o historial de todo este processo. Disse ainda que regimentalmente, e porque esse ponto nem sequer está agendado, ele não poderá apresentá-la, sem a anuência da Assembleia Municipal, razão pela qual coloca este assunto à consideração dç*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Plenário. Disse depois que gostaria que António José Teixeira dissesse o que é que pretende com essa intervenção. -----

-----**António José Meneses Teixeira (PS)** usando da palavra disse que o que se pretende é que os deputados municipais tenham uma noção mais exata da questão de S. Jorge, não só ao nível de toda a riqueza patrimonial que lhe está associada mas também para que possam votar a moção com mais conhecimento dessa realidade, pelo que pretendia fazer essa apresentação quando a moção fosse discutida.-----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara passando a responder a João Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal) e dizendo que hoje houve mais dois incêndios no concelho atendendo às condições meteorológicas. Quanto ao depósito de gás que aquele referiu acima, disse que supostamente será de alguma das empresas de louça que existiram ali na zona, que tendo encerrado, deixaram o depósito no local.-----

-----A **Carlos Alberto Rosa Vieira** disse que quanto à TDT, essa tem sido uma guerra que tem vindo a travar com a PT que é a entidade responsável pela distribuição de sinal nesta região. Continuou dizendo que neste momento se está a debater com alguns problemas de cobertura nas freguesias de Alvados, Alcaria, S. Bento. Disse ainda ter reunido com o Conselho de Administração da PT e que o que lhe foi dito, foi no sentido de se chegar a um acordo para que a Câmara pudesse eventualmente instalar uma antena junto à Mendiga. O problema que se coloca aqui tem a ver com o abastecimento de energia elétrica para essa mesma antena, o que nalguns casos custa muito mais que a própria antena, havendo já uma estimativa por parte das empresas que as instalam, orçando em cerca de seis mil euros. Essa é uma questão que o preocupa, pois a televisão acaba por ser a única companhia de muitos dos idosos.-----

-----A **António Ferraria**, disse que na área das estradas rurais têm vindo a ser feitas muitas obras, nomeadamente em S. Bento. No que diz respeito à seca, disse que a Câmara de Porto de Mós sente essa preocupação, estando os níveis freáticos a começar a ter problemas. Disse depois que a exploração de calçada, e atendendo à sua ligação com a construção civil, está também a atravessar uma crise preocupante, uma vez que emprega muita gente do concelho de Porto de Mós. Referiu-se ainda, no que toca à limpeza florestal, aos sapadores da ADSAICA que neste momento ainda não receberam o mês anterior, dado que o ICNB, que tem uma verba acordada não fez ainda essa transferência bem como existem duas Câmaras que nunca pagaram a prestação anual que lhes é devida, estando assim em risco dez postos de trabalho.-----

-----A **Ana Narciso**, disse que ainda bem que de entre 308 Assembleias Municipais, existem duas com transmissão *on line* das suas sessões, estando assim na linha da frente. Continuou dizendo que a Câmara de Porto de Mós também está na linha da frente, no que respeita a outros assuntos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente pagamentos a fornecedores, não tendo uma única dívida referente ao ano de 2011. -----

-----A **Artur Vieira** disse, no que toca à abertura do pólo da biblioteca em Mira de Aire que tal se deveu ao empenhamento que o senhor Vice-Presidente pôs em todo o processo. No que respeita ao atendimento em Mira de Aire e Juncal, disse que o processo está ainda atrasado dado ter sido alterada a legislação que tem a ver com a modernização administrativa, o que implica mexer em todos os serviços do município bem como alterar todos os regulamentos, o que está a ser feito no âmbito da AMLEI.-----

-----Quanto a **Hélder Paulino Ferreira**, e a propósito de algumas crónicas de opinião publicadas na comunicação social, disse que foi eleito por larga maioria democrática e que não responderá a provocações enquanto não for ofendido na sua dignidade pessoal.-----

-----A **António José Teixeira**, disse que queria felicitar os deputados municipais por terem chegado a uma proposta conjunta, pois a politiquice é dispensável neste processo, dado tratar-se de um processo de todos os moradores de S. Jorge. Disse depois que será difícil sentar à mesma mesa autarquias, proprietários e Fundação atendendo ao extremar de posições que teve lugar.-----

----- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----O senhor Presidente da Assembleia veio dizer que o período para intervenção do público é de uma hora, passando a tomar nota das inscrições. Assim inscreveram-se para intervir neste período, Cristiano Saraiva, António Tremoceiro, Hélder Costa, José Luís Monteiro, João Carlos da Silva Coelho, Saul Saraiva, Alfredo Monteiro de Matos e João Carlos Coelho.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia continuou dizendo que se o tema for o mesmo e que se alguém quiser delegar a sua intervenção noutrem, o tempo deste aumentará. Assim Saul Saraiva e João Carlos Coelho delegaram o seu tempo de intervenção, prescindindo da palavra.-----

-----**Cristiano Saraiva:**-----

-----Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, começando por dizer ser com muita honra que aqui se apresenta associado aos restantes elementos da Comissão Instaladora da Associação de Moradores e Proprietários do lugar de S. Jorge, da freguesia da Calvaria de Cima. Referiu que a sua intervenção vem a propósito da classificação do Campo Militar de S. Jorge constante do anúncio 18152/2011 do Diário da República, 2ª série – nº 234 de 7 de dezembro de 2011, proposta pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR). Passou depois a fazer uma breve referência histórica a tudo o que está em causa a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propósito desta classificação do Campo Militar. Resumidamente, passou a enquadrar a problemática em questão: em 1385, deu-se a chamada Batalha de Aljubarrota; de então até 1910 tudo foi decorrendo, tanto quanto se sabe, sem qualquer problema a respeito da Batalha. Em 1910, foi classificada a Capela de S. Jorge, como monumento nacional; Em Portaria publicada em Diário do Governo, 2ª série, nº 170 de 21 de julho de 1954, do Ministério da Educação foi criada uma Zona de Proteção à Capela de S. Jorge; Em Portaria publicada em Diário do Governo, 2ª série, nº 111 de 10 de maio de 1961, da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, foi redimensionada a Zona Especial de Proteção; em Portaria Publicada no Diário da Republica nº 708/77 de 17 de novembro de 1977 do Ministério da Educação e Investigação Científica foi alterada a Zona de Proteção e Zona Non Aedificandi; em 28 de dezembro de 2010, através do Decreto Lei nº 18/2010, publicado no Diário da Republica 1ª série nº 250 do Ministério da Cultura foi realizado um alargamento da área e classificado como Monumento Nacional o Campo da Batalha de Aljubarrota e área envolvente. Posteriormente a isso, surgiu agora, uma proposta de classificação (ZEP). Com tudo isto, os proprietários e moradores de S. Jorge entendem que estão a ser gravemente prejudicados nas suas atividades, propriedades e desenvolvimento da sua terra – por isso a constituição de uma Comissão de moradores e proprietários com objetivos claros, que gostaria de apresentar. Continuou dizendo, que o primeiro objetivo que os move é o reconhecimento da importância e do lugar que tem essa importância da Batalha de Aljubarrota e tudo aquilo que a envolve em termos de património histórico-cultural, dizendo serem os primeiros a querer defender esse património, porque para eles não é um drama viverem em S. Jorge, nem serem proprietários e moradores de S. Jorge, é antes uma honra e um desafio a fazerem crescer aquilo que de facto é importante, não só historicamente para o país, e que tem a ver com o passado, mas também historicamente com o que é no presente e com o que entendem que pode ser no futuro, estando convictos, que, para a sua terra, quanto mais for desenvolvido esse projeto de cultura, de estudo e de valorização da Batalha de Aljubarrota, também melhores serão as condições de vida dos moradores, dos proprietários das indústrias e dos comerciantes de S. Jorge. O primeiro objetivo como moradores de S. Jorge, não é dar como desvalorizado todo o património cultural e histórico que existe, é antes dar-lhe a importância que ele deve ter, enquadrado naquele que é o momento atual, o momento histórico em que vivemos. Não se pode regressar a 1385, nem a 1910, mas podemos viver em 2012, dentro desta realidade histórica que nos envolve, estando cientes de que esta associação poderá ser muito importante no desenvolvimento cultural e de investigação científica quanto à Batalha de Aljubarrota, sendo esse um propósito que assumem. Subsequentemente a este objetivo surge a problemática em questão da classificação, de toda a zona, como Zona Especial de Proteção, o que, disse, não podem aceitar porque não se pode voltar a 1385 e porque estão conscientes de que aquilo que está a ser proposto não tem qualquer viabilidade de ser realizado e de ter qualquer proposta sustentada em termos de estudo científico, cultural e histórico, daí a sua reação àquilo que está em causa. A população de S. Jorge, tem provas de ter receios fundados nos diversos documentos a que teve acesso sobre esta questão, de que sejam gravemente lesados os seus bens e a sua utilização. Disse ainda que gostaria de deixar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

claro, que se porventura fosse por diante aquilo que está a ser imposto, o lugar de S. Jorge acabava, porque não haveria possibilidades de lá morar nem de fazer lá nada, em termos comerciais e industriais não há possibilidade de desenvolvimento se for por diante aquilo que está a ser proposto, sendo postos em causa as largas centenas de postos de trabalho e os largos milhões de euros que ali são produzidos anualmente, querendo deixar claro que é isso que querem defender. Continuou dizendo que estão convictos de que é possível defender o património histórico, o património científico e ao mesmo tempo este património da atualidade, comercial e industrial estando de facto convencidos que é possível um convívio pacífico, dentro de um espírito de razoabilidade que é imprescindível a todas as partes, manifestando a sua disponibilidade para dialogar e dando todo o seu contributo para que isso possa acontecer, mas não à revelia dos moradores havendo uma entidade que não os quer ouvir e não sendo sensível à sua visão daquilo que é o lugar de S. Jorge.-----

-----Disse depois que a sua presença aqui hoje é no sentido de pedir a melhor atenção da Assembleia Municipal para esta questão pedindo que se procure compreender tudo o que está em causa, reputando-o de algo muito grave e sério para o próprio concelho, dizendo que gostariam que a Assembleia Municipal manifestasse total empenho na resolução desta problemática apoiando a população em tudo o que estiver ao seu alcance.-----

-----Finalizou, referindo-se à moção aqui apresentada achando que está muito bem estruturada e manifestando em seu nome pessoal e em nome da Comissão o seu agradecimento pela apresentação da moção de forma conjunta, agradecendo a todos os deputados municipais e dizendo que é dessa forma que a população quer estar neste processo, não permitindo que se entre neste assunto num jogo de política, pedindo que a mesma seja votada por unanimidade. Disse ainda rever-se no seu conteúdo, apesar de achar difícil sentar-se à mesma mesa com a Fundação Batalha de Aljubarrota, pois que esta tem que situar ao mesmo nível dos moradores de S. Jorge não sendo objeto de tratamento de exceção. Disse depois, que se pode contar com a população de S. Jorge para uma resolução séria e eficaz desta problemática, salientando que querem valorizar muito o que aconteceu em 1385 na sua terra, estando conscientes que hoje, no momento histórico que se atravessa é possível valorizar isso, muito, trazendo enormes benefícios à população de S. Jorge e ao concelho de Porto de Mós.-----

-----**António Tremeceiro:**-----

-----Passando a usar da palavra agradeceu a oportunidade de vir aqui expor as suas questões relativamente a S. Jorge, tendo já dito o seu colega Cristiano Saraiva quase tudo o que pretendem, dizendo que irá apenas fazer um resumo sobre o que é hoje o seu problema quanto à classificação da área de S. Jorge, fazendo um resumo de quais são as possibilidades e inibições encontradas relativamente a essa classificação. Retomando a área classificada em 1977, de cerca de 10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

hectares de zona *non aedificandi*, que se situavam junto à Capela, enquanto Monumento Nacional, havendo ainda uma área de enquadramento, a chamada ZEP ou zona especial de proteção, que tinha sensivelmente 25 hectares, referiu que se pretende que esses 25 hectares sejam ampliados em cerca de dez vezes mais, pretensão do IGESPAR, proposta pelo Estado Maior do Exército e posteriormente pela Fundação Batalha de Aljubarrota, e que se inicia ainda no concelho da Batalha. Esta zona especial de proteção vai enquadrar o monumento nacional, que foi publicado em 28 de dezembro de 2010 e que tem sensivelmente entre 35 a 40 hectares. O que está aqui em causa é uma classificação que foi feita com base em pressupostos que são erradas. O Dr. António José Teixeira disse muito bem, que um dos pressupostos é que esta área seria uma zona eminentemente florestal e agrícola, o que não é de todo verdade, atendendo à concentração de empresas e moradias que existem no local, e que ficam limitadas e condicionadas com esta classificação. Esta limitação vai traduzir-se fundamentalmente em duas situações: uma delas é de não se poder construir, passando a haver ali zonas *non aedificandi*, significando isso uma desvalorização total das propriedades em causa o que vai afetar a economia local colocando em causa mais de seiscentos postos de trabalho e uma faturação de mais de cem milhões de euros bem como a desertificação a breve prazo da zona habitacional. Outra questão relevante é a expropriação, tendo havido já em 2006 três processos de expropriação concretos e relativamente a estes, o mínimo que se pode dizer é que são pouco sérios. Disse haver provas que a Fundação Batalha de Aljubarrota andou a pagar terrenos e prédios rústicos a valores superiores aos que eram, na época, os correntes, ou seja, acima de 100 euros o metro quadrado, tendo proposto nos processos de expropriação, cerca de 10 a 15 euros o metro quadrado. Assim disse que o que existe aqui é não só o problema da não construção com a conseqüente desvalorização das propriedades, mas também o problema da possível expropriação, havendo aqui um problema de atentado contra a propriedade, não aceitando que esta questão seja minorizada atendendo a que a área de envolvimento tem mais de seiscentos proprietários. Disse depois não perceber como é que o IGESPAR bem como as entidades envolvidas com quem têm contactado, tenham aceite todas as propostas que foram feitas pela Fundação Batalha de Aljubarrota, tendo sido os moradores deixados de lado. Continuou, dizendo que todo este processo vem já desde 2001, e quando foi proposta esta classificação foram feitas 203 reclamações particulares, um abaixo assinado com 409 assinaturas contra a mesma e contra a forma como ela estava a ser conduzida, não tendo sido minimamente atendida nenhuma das reclamações nem o abaixo assinado, fazendo tábua rasa de tudo o que foi proposto pelos moradores, estando estes, neste momento confrontados com uma situação extremamente delicada, que é haver um património para valorizar, um património onde vivem e onde souberam conviver desde sempre, mas que neste momento lhes tira qualquer possibilidade de desenvolvimento da área e qualquer possibilidade de conseguir usufruir das propriedades que têm. Concluindo disse que não podem construir em determinados sítios, não podem transacionar qualquer propriedade sem que seja dado conhecimento ao IGESPAR, inclusive em questões de herança tem que lhes ser dado conhecimento ou às entidades públicas, Câmara Municipal neste caso, estando em causa toda a economia local à volta desta questão. Terminou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pedindo a atenção da Assembleia para este assunto, agradecendo a oportunidade de expor aqui um assunto que é do maior interesse para o concelho de Porto de Mós, dizendo que passaria a palavra a José Luís Monteiro quanto às questões das expropriações. -----

-----**José Luís Monteiro:**-----

-----Começou por referir que a sua intervenção tem lugar pelo facto de fazer parte da Comissão Instaladora dos proprietários e moradores de S. Jorge, dizendo comungar inteiramente com o que já aqui foi dito acerca da classificação do Campo Militar de S. Jorge, pelos anteriores intervenientes. -----

-----Continuou dizendo que iria aqui apresentar um caso, devidamente fundamentado com cópias de documentos, para que as pessoas saibam e para que a Assembleia tenha conhecimento, passando a entregar à mesa da Assembleia as cópias supra referidas, dizendo que a Comissão o que pretende é dar a conhecer a forma como a Fundação tem tratado alguns moradores de S. Jorge. Disse depois que era proprietário de terrenos na zona onde agora se pretende fazer chegar a ZEP. Referiu que em 2006, a Fundação comprou um terreno a um morador a 54,38 euros o metro quadrado. Dois anos depois, a si, fez-lhe uma proposta oferecendo 11.47 euros o metro quadrado. Importa frisar que estes dois terrenos distam um do outro cerca de cem metros. Referiu-se ainda à proposta feita pela Fundação dizendo que a mesma informava que ele apenas dispunha de vinte dias para dar uma resposta, e que a falta desta lhes conferia de imediato a faculdade de apresentação de requerimento para a declaração de utilidade pública para expropriação, parecendo-lhe não ser esta postura correta para com os moradores. -----

-----**Alfredo Monteiro de Matos:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer que apesar de não ser natural de Porto de Mós, há muitos anos que caminha para S. Jorge, tendo sido sempre vizinho do Campo Militar de S. Jorge e afirmando que passados quarenta anos o querem meter dentro do Campo de S. Jorge. Continuou dizendo que toda a gente sabe que não há nenhum estudo científico que comprove a primeira da posição da Batalha de Aljubarrota bem como o alargamento do Campo Militar para o lado da Batalha. Todos perceberão que são razões de *merchandising* que levam a isso, porque, vende melhor o Campo de S. Jorge associado à vila da Batalha do que associado a Porto de Mós, dizendo que aí é fundamental a intervenção dos deputados aqui presentes, porque se foi sempre pertença do concelho de Porto de Mós, compete-lhes agora assegurar que isso não desapareça no futuro. Todo o processo da primeira posição, está envolvida em alguma especulação e aquilo que se conhece, é que é o sitio em que alguns soldados portugueses avistaram o exercito espanhol, sendo certo que ali não poderia existir uma batalha medieval, como todos os historiadores sabem, por não ter condições naturais para isso, sendo a ribeira da Calvaria,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que separa os dois pontos onde estariam o exercito português e o castelhano, intransponível nessa altura e o sitio impróprio para qualquer tipo de batalha, pois as tropas portuguesas naquele sitio estariam encurraladas, não tendo hipótese nenhuma de defesa, sendo impossível que fosse ali alguma vez a primeira posição da Batalha de Aljubarrota. Continuou dizendo que, é sim o local ideal para instalar um Museu alusivo ao tema, donde se vê o Mosteiro da Batalha e que possa levar a que o Campo Militar seja associado à Batalha, razão pela qual querem esticar o campo da batalha de Aljubarrota para o concelho da Batalha.-----

-----Continuou depois dizendo que gostaria de dar um testemunho especial pois já sofreu consequências deste estado de coisas. Referiu que em 2008 tentou ali construir um armazém tendo-lhe sido, nessa altura vedada essa possibilidade porque, e passou a citar, "*reprovado, porque face à localização com total proximidade à zona non aedificandi e à relevância histórica que esta mesma área representa, considera-se que a justificação apresentada para a implantação de mais um armazém não é de modo algum a mais recomendável. Em situações como esta, as intervenções devem revelar o exercício de reflexão e entendimento do lugar*". Perguntou então se com fundamentações destas não se reprovam todos os projetos que apareçam em toda a região da zona especial de proteção. A Câmara da Batalha, face ao parecer da Direção de Cultura de Coimbra que depois foi subscrito pelo Presidente do IGESPAR, não podia aprovar o projeto, tendo-lhe concedido 10 dias para reformular o projeto. O projeto foi reformulado e em agosto de 2009, o IGESPAR, com base num projeto novo, volta a dar exatamente a mesma resposta, reprovando novamente o projeto. Em 13 de janeiro de 2010, novo projeto, nova reprovação. Mais tarde apresentou novo projeto em fevereiro de 2010 o projeto foi finalmente aprovado, mas dando exatamente as mesmas justificações, tendo aqueles dito a determinada altura "*...pelos peças agora editadas, verifica-se permanecerem no essencial as questões que conduziram ao anterior indeferimento*" e continuaram dizendo "*a proposta foi repensada de forma a reduzir as implicações negativas para a paisagem apresentando-se agora com forte carácter de reversibilidade envolvida por elementos vegetais que minimizam a sua visibilidade*". Continuou dizendo que desta forma o armazém foi então aprovado, mas que tal só se deveu à sua persistência e teimosia, pelo que, quem pensa que é benéfico viver numa zona destas, está enganado, porque quem está por detrás disto tudo o que pretende é que não se faça nada.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que queria dizer à Comissão de Moradores que não têm que agradecer nada, pois o papel essencial desta Assembleia é zelar pelos interesses dos munícipes de Porto de Mós, pois foi para isso que foram eleitos.-----

-----**Helder Costa:**-----

-----Disse que queria fazer um pedido ao senhor Presidente da Câmara, visto ser ele que irá representar todos os munícipes em qualquer conversa que tenha com alguém da PT, pedindo-lhes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tenham o bom senso, de quando enfraquecem o sinal ou quando o desligam mesmo, passado um minuto, não comecem a ligar para casa das pessoas a oferecer os serviços pagos.-----

-----Perguntou depois ainda se foi por opção estratégica ou meramente financeira a não construção de um Centro BTT no concelho de Porto de Mós, visto que a Batalha construiu um que irá utilizar cerca de 80% do território do concelho de Porto de Mós, e se foi também por via de alguma dessas opções que se abandonou o Jardim da Pedra em Alcaria.-----

-----Disse ainda que o senhor Presidente, há algumas sessões atrás falou na questão da iluminação pública e de que provavelmente teria que mandar desligar alguns focos, tendo referido especificamente uma rua do Juncal, perguntando sobre a situação desse estudo alertando para que olhem com atenção para ruas que têm cerca de 500 metros e cerca de 44 focos de iluminação. -----

-----Questionou ainda acerca da concretização do canil municipal em parceria com a Câmara Municipal da Batalha e qual o ponto de situação.-----

-----Dirigindo-se depois à senhora Vereadora da Educação, perguntou se tem sido confrontada com a fiscalização nos transportes escolares.-----

-----Referiu-se depois à situação da ADSAICA, perguntando da possibilidade de absorção por parte do quadro da Câmara Municipal de pelo menos, cinco dos sapadores que eventualmente fiquem sem emprego, podendo o trabalho desses homens constituir uma mais valia para o município na prevenção dos incêndios que este ano estão a começar mais cedo.-----

-----Terminou dizendo que se queria solidarizar com a população de S. Jorge, referindo que ele também vive numa zona de Parque Natural e não sendo radical a ponto de dizer que essas zonas não devem existir, é contra os radicais que por vezes governam essas instituições.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra, disse que não iria comentar muito o que a Comissão de Moradores de S. Jorge aqui referiu sendo a posição do executivo sobejamente conhecida. Acrescentou ainda que ontem mesmo teve uma reunião com a senhora Diretora Regional de Cultura do Centro, dizendo que lhe apraz registar a postura com que ela veio para esta reunião e tendo o seu discurso mudado completamente. Reafirmou à Comissão de Moradores que desde o início o executivo esteve com eles na defesa dos seus interesses, que são afinal os interesses do concelho. Referiu-se ainda à aquisição de terrenos em S. Jorge por parte da Fundação Batalha de Aljubarrota, dizendo que se tratou de uma manobra para amedrontar as pessoas.-----

-----Respondendo depois a **Hélder Costa**, disse no que respeita à PT que de facto se tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verificado essa situação, ficando esses operadores com os contactos dos cidadãos de modo a exercerem pressão futuramente, com o objetivo de eles aderirem a serviços pagos, tendo conseguido com esta estratégia de não ter sinal em todo o lado, uma grande carteira de clientes. Quanto ao Jardim da Pedra, disse que não se avançou por várias razões. Disse ter trabalhado muito por este projeto e que conseguiu o seu financiamento, e depois, por razões que não cabem agora aqui, o mesmo caiu. Quanto ao BTT, disse que o facto de a Batalha ter uma pista de BTT, grande parte dela no concelho de Porto de Mós, também se deve em grande parte às condições que Porto de Mós tem criado nos últimos tempos, porque aqui existem pistas de BTT, dizendo que existe aqui uma excelente pista de BTT, que é a Ecopista da Bezerra. Quanto à iluminação pública, disse que o estudo feito pela Enerdura ainda não está concluído, tendo-se vindo a desligar já algumas luzes no concelho. Quanto aos leds, confirma que existe uma grande economia no consumo de energia. No que respeita ao canil municipal, disse que a situação não evoluiu, estando a espera que a Valorlis ceda o espaço que era das câmaras e que foi passado para a sua posse referente ao antigo aterro municipal. Quanto à fiscalização dos transportes, disse que a GNR faz essa fiscalização com frequência. Quanto aos sapadores florestais, disse que a situação neste momento é preocupante, não sendo no entanto possível as Câmaras admitirem estes sapadores florestais, pois estão condicionadas em termos de redução de pessoal, por força da Lei do Orçamento de Estado, salvaguardando o facto de a situação dos sapadores ainda não estar comprometida no seio da ADSAICA.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse depois que chegaram à mesa duas moções que passou a ler e que estão acima transcritas, uma apresentada pelo deputado **Carlos Vieira acerca do DDT, que depois pôs a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.**-----

-----Seguidamente passou a ler a moção apresentada por todos os eleitos à Assembleia Municipal de Porto de Mós, que versa sobre o Campo Militar de S. Jorge, e que está acima transcrita.-----

-----Passou depois a dizer que gostaria de pedir aos proponentes que clarificassem um aspeto desta moção, pois quando eles dizem "...*Comissão Instaladora da Associação de Moradores e Proprietários de São Jorge, IGESPAR, DRCC, Autarquia*", acha que se devia dizer **Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Calvaria de Cima**, tendo os referidos proponentes concordado que se fizesse esta retificação.-----

-----Colocou depois a presente moção a discussão, com a alteração introduzida.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS)**, passou depois a fazer uma comunicação técnico científica, de forma a dar alguns esclarecimentos que possibilitassem a discussão deste tema com maior clareza. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuou depois dizendo que em relação à questão de S. Jorge, iria passar uma série de slides em *powerpoint*, no sentido de os colegas perceberem um pouco a questão de Aljubarrota, tratando-se de uma breve cronologia da classificação do Campo Militar. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que queria lamentar o facto de a população de S. Jorge só vir aqui depois de dez anos, e que nunca este assunto aqui foi tratado com esta ênfase. Disse depois que o Dr. Patrício Gouveia convidou deputados da sua bancada para falarem com ele sobre este assunto, estando os deputados sempre disponíveis para dialogarem sempre com todas as partes envolvidas, tendo inclusivamente solicitado uma reunião com a própria Comissão de Moradores. Continuou dizendo que este é um assunto que não está a ser partidariado pelo PSD, sendo prova disso a própria moção que resulta de um consenso entre todos os partidos. Disse depois que o senhor Alfredo Monteiro de Matos deu um exemplo de como se devem tratar determinados assuntos, com insistência e persistência e não voltando as costas às dificuldades. Em contraponto, disse, que a Câmara de Porto de Mós, e aqui referiu-se a todos os executivos em funções desde que começou este problema, ao voltar as costas estrategicamente ao problema, não optou pela melhor solução. Continuou dizendo que teve acesso a um documento do IGESPAR, em que se diz que o edital foi afixado na Câmara da Batalha, mas que a Câmara de Porto de Mós, não o afixou, chegando à conclusão de que os vários executivos nesta autarquia desde o início não agiram da melhor forma. Disse ainda, que hoje sai daqui com mais informação do que a que obteve durante mais de dez anos.-----

-----Quanto à moção referiu que a opinião de António José Teixeira vai de encontro à opinião de toda a gente, e que é preservar o que existe a contento de todos. Disse ainda que se ouviu aqui falar hoje em números, e que os negócios entre particulares não interessam a esta Assembleia sendo que, o que se pretende com esta moção é juntar todos os interessados por forma a atingir-se uma plataforma de entendimento.-----

-----**Helder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que grande parte das palavras que António Pires pronunciou, não têm o mínimo de verdade. Continuou dizendo que não sabe se ele cá estava no ano de 2001/2002, em que veio a esta Assembleia diversas vezes, inclusivamente, veio à Assembleia, tendo aqui sido aprovado por unanimidade a não publicação dos editais que vieram enviados do IPPAR na altura, para a classificação da zona especial de proteção ao campo militar. Quanto ao Plano de pormenor, disse que o grande objetivo da Fundação é essa elaboração, dizendo que concorda com o facto de neste momento o mesmo ainda não estar concluído louvando por isso o executivo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquanto Presidente da Junta, deputado municipal e natural daquela freguesia. Disse depois que ficou um pouco surpreendido com o conteúdo da moção, pois aquela de que teve conhecimento não contemplava diversas coisas que foram negociadas esta tarde entre bancadas partidárias e com as quais, enquanto Presidente de Junta não concorda. Especificando, disse que não concorda que se junte à mesma mesa, a Fundação Batalha de Aljubarrota e a Junta de Freguesia, porque o problema foi criado por essa entidade, sendo eles os únicos responsáveis pela situação que se está a atravessar. Disse ainda que tem acompanhado a situação, sendo convidado para diversas reuniões em vários locais, inclusivamente na Assembleia da Republica, juntamente com a Comissão de Moradores e com o executivo da Câmara, e felizmente, ontem, numa reunião de diversas horas, abriu-se uma porta finalmente, deixando de se dar protagonismo à Fundação Batalha de Aljubarrota, porque esta não tem que ter protagonismo nesta situação.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia perguntou ao anterior interveniente se este havia proposto algo de concreto para alteração da moção, tendo Hélder Paulino Ferreira respondido que acha que a Fundação Batalha de Aljubarrota deve ficar excluída de se sentar à mesa de negociações, pois o IGESPAR está representado bem como a Direção de Cultura do Centro, a Junta de Freguesia, a Câmara e a Comissão de Moradores, pelo que a Fundação não deve estar presente, sendo o que propõe enquanto Presidente de Junta.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que, contrariamente ao que foi dito, o Plano de Pormenor é fundamental, porque mesmo que recue, não obstante o facto de todos concordarem que a área é excessiva, é importante auscultar as sensibilidades dos outros parceiros nesta questão. Considerando fundamental a elaboração do Plano de Salvaguarda de S. Jorge, disse que se ele já estivesse concluído como devia estar, dado que a Câmara Municipal já recebeu dinheiro para isso em 2007, a população já teria alguns problemas resolvidos, apesar de eventuais recuos. Esses problemas não estão resolvidos devido à ausência desse Plano de Salvaguarda, que foi, desde a primeira hora exigido que fosse feito, com imensa antecedência e que ainda não está executado. -

-----Relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia, disse que, se é verdade que a Fundação pode não estar bem em algumas situações, não é por isso que o projeto deixa de ser válido. Numa altura em que o país sofre com falta de recursos e de investimento, e a avaliar pelos relatórios da Fundação, constata-se que o número de pessoas que já nos visitou, também é fator de riqueza para o concelho. Disse depois que não conhece nenhuma zona classificada, seja histórica, seja de parque natural que não tenha restrições à expansão. O que se quer minimizar, e por isso é que este Plano de Salvaguarda é fundamental, e é isso que se tem que discutir, sentados todos à mesma mesa, são os efeitos dessa restrição determinando onde se constrói ou não, onde se instalam indústrias e onde não se pode fazer nada, sendo isso que tem de ser decidido.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse depois que não se revê na totalidade da proposta da moção que foi apresentada, exatamente no seu ponto seis: “6. O afastamento de um dos principais investigadores do Campo Militar (Prof. João Gouveia Monteiro) por não concordar com a linha de atuação das entidades tutelares e da Fundação da Batalha de Aljubarrota, afirmando não reconhecer à Associação dos Amigos do Campo Militar de São Jorge (Atualmente Fundação Batalha de Aljubarrota) “a credibilidade científica imprescindível à prossecução dos objetivos a que se propõe”; este historiador considerou que aquela Associação, ao invés da preservação do património cultural, pretendia sim transformar o campo “num parque de diversões de inspiração histórica” (o que, aliás, pode ser comprovado pelo merchandising hoje encontrado no CIBA)” . Continuou, dizendo que uma moção não deve ter citações de ninguém, porque também há quem tenha pareceres positivos face ao mesmo objeto e portanto para se ser isento, também se teriam que ter as posições contrárias. Por isso manifesta a sua reserva, fazendo uma proposta de alteração da moção, retirando da mesma o seu ponto seis, para que possa rever-se na totalidade do documento.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que o Dr. Patrício Gouveia não está hoje aqui porque não quis. Continuou dizendo que hoje às nove horas da manhã lhe telefonou e mandou um e-mail, dizendo que se ele quisesse, e de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, podia vir e usar da palavra.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Disse que iria ser breve e que já se passou aqui muito mais tempo a aprender muito menos do que hoje, havendo apenas um ponto em que continua a não se considerar esclarecido e que é a questão do Plano de Pormenor, pedindo que alguém o esclareça. -----

-----Disse ainda querer solidarizar-se com a população de S. Jorge através da Comissão de moradores, da Câmara Municipal e da Junta de freguesia, pois a população de Alqueidão da Serra vive também num “colete de forças” imposto pelo Parque Natural, sabendo dar valor a este tipo de situações. Por outro lado, disse que queria ainda fazer um apelo a Hélder Paulino para estreimar um pouco menos a situação para ver se se consegue chegar a um consenso, pois lhe parece importante obter-se uma unanimidade neste processo. -----

-----Por ultimo, disse, concordando, que se fala muito na comunicação social que são projetos válidos tanto o Parque Natural como este que aqui está em questão, mas todos sabem que não existem projetos válidos que queiram deixar de fora as pessoas que estão lá dentro, pois sempre que se querem afastar as pessoas, em vez de as tornar parceiros, tornam-nas adversários, pelo que o projeto nunca pode ser válido. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia, disse que existem duas propostas de alteração da moção apresentada, que irá pôr a votação sendo a primeira do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima que propõe que se retire a Fundação Batalha de Aljubarrota do grupo de trabalho proposto.-----

-----**António Pires** interpelou o senhor Presidente da Assembleia dizendo que os proponentes da moção devem ter uma palavra a dizer, ao que o senhor Presidente da Assembleia respondeu que a discussão da moção já terminou, saindo dessa discussão duas propostas de alteração, que agora estão a ser objeto de votação. António Pires, disse que nesse caso não subscreve a moção.-----

-----**Helder Paulino** interveio também, dizendo que não quer que se fique com a ideia nesta Assembleia de que isto é um caso pessoal entre o Presidente da Junta e o Dr. Patrício Gouveia, ilustre Presidente da Fundação Batalha de Aljubarrota. Mas o que é uma realidade é que há muito tempo que deixou de haver diálogo entre a Fundação e a Junta de Freguesia, o que lamenta. Disse ainda lamentar também que o diálogo tenha sido apenas com determinado partido, sendo o Presidente da Junta esquecido para as várias reuniões que se têm realizado na Fundação Batalha de Aljubarrota. Disse ser nesse sentido que queria fazer a alteração proposta, mas atendendo às circunstâncias, retira a proposta de alteração.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia perguntou depois a **Ana Narciso** se queria manter a proposta de alteração que apresentou, tendo ela dito que a retirava, acrescentando que não estava aqui para dificultar o trabalho de ninguém mas que também não pode ser constrangida e de que tem alguma reserva, de que quando se vai para uma negociação, esteja aí tão claro, um vocabulário tão acintoso em relação à Fundação – retirar-lhe credibilidade no campo científico – dizendo achar que se precisava de outra redação.-----

-----Assim sendo, foi posta a votação a moção nos termos em que foi entregue à mesa, apenas com a alteração de onde se diz autarquia, passará a ler-se Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Calvaria de Cima.-----

-----**A moção foi aprovada por maioria com a abstenção de Ana Narciso.**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou à Câmara Municipal se se queria associar à presente moção, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que sim.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes, nomeadamente a **António Pires**, dizendo que o edital não foi publicado em 2002/2003, porque a Câmara Municipal entendeu na altura que ao publicar esse edital, estaria a pactuar com aquilo que estava publicado nesse mesmo edital.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **Ana Narciso** disse que o Plano de Pormenor vem de outubro de 2002 e não de 2009, passando a ler um ofício que à data foi enviado para o IPPAR e que referia que “...a Câmara em sua reunião de 25 de julho (de 2002) manifestou a vontade de assinar protocolo com o IPPAR, tendo em vista a elaboração de plano de pormenor para a zona de S. Jorge”, não havendo até hoje, resposta. Continuou dizendo que ainda bem que esse Plano não foi feito e que a Câmara da Batalha também o não fez. Disse ainda que já se ganhou muito com facto de não se ter feito o Plano. Depois disse que para se fazer um Plano de Pormenor tem de haver uma zona definida, um limite geográfico que não existe e que a prova que não existe é que a zona já foi reduzida, ou alguém reconheceu que a zona é exagerada. Para além disso, referiu que o Professor Gouveia Monteiro escreveu uma carta que foi publicada n’O Portomosense porque considerou que os caminhos seguidos neste processo não eram os mais adequados-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Reorganização Administrativa Territorial Autárquica – Ponto de situação:**-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que esta Assembleia tem vindo periodicamente a informar os presentes da evolução deste processo, tendo para esta sessão feito distribuir a todos os membros o projeto de lei que está a ser discutida neste momento, na Assembleia da Republica. Essa discussão ainda não acabou, mas prevê-se que esteja finalizada em abril. A partir daí, esta Assembleia tem noventa dias para apresentar uma proposta concreta sobre o concelho. Disse depois, que tem vindo a ouvir dizer que a Câmara não está a fazer nada, acrescentando que é seu entendimento que este não é um assunto da Câmara, pois quem vai decidir é a Assembleia Municipal. Continuou dizendo que até agora ainda não ouviu nenhum partido apresentar nenhuma sugestão ou proposta sobre este assunto. Disse tratar-se de um assunto delicado, mas que se não for decidido aqui, alguém o fará. A proposta que está neste momento em discussão, se não houver alteração, na Assembleia da Republica, implica que o concelho de Porto de Mós fique com menos três freguesias. Há um dado novo relativamente à proposta que foi falada em Dezembro, porque que agora já não se fala nas freguesias de Alcaria, Alvados, S. João e S. Pedro, estando todas no mesmo barco. Disse depois que os eleitores que os elegeram, têm o direito de esperar elevação desta discussão e também muita responsabilidade. Disse ainda garantir que este assunto será discutido numa sessão extraordinária, conforme prometeu. Quando a legislação estiver concluída na Assembleia da República, ela será discutida, ficando a aguardar propostas dos partidos e da Câmara. Se as propostas não aparecerem, o Presidente da Assembleia, que não tem medo de perder votos, apresentará aquilo que no seu entendimento serão os interesses deste município. Referiu ainda que mais cedo ou mais tarde se terá que começar a falar em nomes de freguesias e em metodologias concretas, dizendo achar que isto deve constituir uma oportunidade e não um problema, e que acha que esta pode ser a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oportunidade de freguesias mais desertificadas e que se projeta, dentro cinco/dez anos estarem mais desertificadas ainda, conversarem entre si, de se juntarem, criando freguesias mais robustas, que tenham mais investimento e que prestem melhor serviço às populações. Disse depois pensar que não se devem extinguir freguesias, as freguesias devem continuar, até com os seus nomes, o que deve haver é bom senso. Se se conseguirem juntar três grupos de dois, fica o problema resolvido, e concerteza que o concelho fica muito melhor servido em termos de freguesias, que os munícipes ficam com melhor serviço e que há mais dinheiro para investir, porque a legislação prevê isso. Pediu, pois que essa discussão se faça, sendo tempo de se juntarem as assembleias de freguesia, de se juntarem as populações e de se fazer este trabalho, conversando os presidentes de junta entre si, pois são eles que têm que resolver este problema. Disse ainda que os presidentes de junta não devem pensar apenas no dia de hoje devendo projetar as suas freguesias para daqui a dez/vinte anos, procurando ver as mais valias que podem advir para as populações, com uma agregação, em que ninguém fique a perder. -----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo que no âmbito da Comunidade Intermunicipal, reuniu com o senhor Secretário de Estado da Administração Local, sobre esta problemática, dizendo que foi uma reunião esclarecedora face às inúmeras dúvidas que andam no ar. Disse depois que se falou dos modelos de governação das Comunidades Intermunicipais, referindo que há matérias que são competências das Câmaras e que passarão para as Comunidades Intermunicipais, tendo ainda falado sobre a Lei das Finanças Locais entre outros assuntos. De acordo com o senhor Secretário de Estado, a proposta de Lei que está em discussão da Assembleia da República está ainda em fase de receber contributos, que deverão ser entregues até finais de março sendo a mesma publicada em meados de abril. Esta Assembleia Municipal tem que obrigatoriamente apreciar esta Lei no prazo máximo de 90 dias e se não se pronunciar claramente sobre as freguesias a reduzir, a Assembleia da República decide quais são. Ao decidir, a Assembleia da República comunica à Assembleia Municipal, quais as freguesias que reduziram, tendo esta 15 dias para dizer se concorda ou para propor outras, sendo certo que o numero de freguesias a extinguir no concelho de Porto de Mós, são três. Porto de Mós integra-se na tipologia de concelho de nível III, tendo apenas uma freguesia considerada urbana, e que é Mira de Aire. A lei diz que os concelhos de nível III têm de reduzir 50% das zonas urbanas e 25% das zonas rurais. Como Mira de Aire é apenas uma freguesia e não tem continuidade geográfica com outra freguesia urbana, não conta. Assim aplicar-se-á o coeficiente de 25% sobre as treze freguesias, o que por arredondamento dará então a redução das três freguesias no concelho.-----

-----Passou ainda a referir que a vantagem da Assembleia Municipal decidir é o facto de haver uma majoração de 15% sobre as verbas a distribuir para as autarquias.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse que tendo já participado em algumas reuniões e fóruns, continua aqui a ver o mesmo que via do Documento Verde, existem uma série de rácios, de linhas genéricas e pouco de concreto, continuando sem saber exatamente o que se pretende, concluindo que o que vai acontecer é o afastamento dos serviços de proximidade e dizendo que não consegue perceber quais as vantagens para as populações, da unificação, por exemplo, da freguesia de Alqueidão da Serra com S. Pedro e S. João Baptista, como é que a população do Alqueidão sairia daí beneficiada.-----

-----Disse ainda que não percebe porque se dá uma majoração por 4 anos assim como não percebe o que é que se entende por efeito escala, dizendo tratar-se de um conceito demasiado abstrato.-----

-----Continuou dizendo que na Assembleia de Freguesia de Alqueidão da Serra o tema foi debatido tendo-lhe sido perguntado o que tinha a dizer e ele disse que não tinha nada. Depois de lido o Livro Verde, ninguém lhe sabia dizer o que ganhava em financiamentos, competências e outras. Disse depois pensar que as pessoas estão com medo de assumir uma posição dizendo que é preferível que quem fez a lei, que faça o resto.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que poderia dar uma achega, passando a exemplificar com o facto de, se houver um médico para dar consultas em duas freguesias como referiu o anterior interveniente, ele pode ir dois dias a um lado e um dia ao outro, mas se forem duas freguesias, e uma for muito pequena, se calhar não se justifica lá a sua presença, referindo que é isso que quer dizer escala. As pessoas não têm que se deslocar, os serviços da Junta podem continuar a funcionar nos dois lados, dizendo que a escala é juntar o dinheiro das duas numa só e fazer obras comuns. Uma freguesia que tenha 300 habitantes, não justifica ir lá um médico, mas se se juntar com outra e passar a ter 800 habitantes, já se justifica. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Começou por referir que existe este mapa administrativo há cerca de 150 anos, e que independentemente de tudo, questiona se será benéfico este reordenamento administrativo, referindo que não feito até hoje porque não houve coragem para isso. Neste momento por pressão da troyka para o fazer, este caminho vai ter que ser feito. Tem que se tentar perceber o que é que se pode ganhar e o que é que se pode perder. Disse depois que há um papel que não podem fazer, que é o de comentador, pois são atores políticos com responsabilidades no concelho e nas freguesias, tanto a assembleia como a câmara municipal, que não pode colocar-se de lado, à espera que alguém resolva. Quanto a esta proposta, o que se diz na lei é que " *A Assembleia Municipal após consulta ou proposta da Câmara Municipal, delibera sobre a reorganização administrativa do território...*" pelo que a Câmara deve apresentar uma proposta à Assembleia que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deliberará sobre a mesma, dado que é a responsável pelo ordenamento do território do concelho, devendo as Juntas de Freguesia colaborar na defesa das suas populações. Conclui, dizendo que o que não pode acontecer é permitir que a reorganização deste concelho seja feita em Lisboa por meia dúzia de pessoas que não conhecem esta realidade.

António da Conceição Ferraria (CDU):

Disse que se trata de um problema muito complexo e a justificação de combate à desertificação não o convence, referindo que a Assembleia da República se deveria debruçar sobre coisas bem mais importantes para o desenvolvimento do país. Disse ainda que em sua opinião se deveriam ouvir as populações, porque isto não vai ser pacífico.

Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):

Disse que apenas usava da palavra para fazer um esclarecimento, dizendo que no artigo 10º do Projeto de Lei 44/XII, diz o seguinte: "*Pronuncia da Assembleia Municipal – 1. A Assembleia Municipal após consulta ou proposta da Câmara Municipal, delibera sobre a reorganização administrativa do território...*", pelo que a Câmara não está aqui a fazer o papel de mero espectador, tratando-se antes do ator principal, porque se a Câmara não apresentar aqui uma proposta, esta Assembleia não tem legitimidade para deliberar seja o que for.

Disse ainda que isto é um processo que custa votos e que atendendo à proximidade das eleições autárquicas que serão no próximo ano, não será fácil, mas se todos os parceiros se envolverem de boa fé e com bom senso, este assunto resolve-se.

Carlos Alberto Vieira da Rosa (PSD):

Disse que estava convencido de que a situação se mantinha tal como estava aquando da publicação do Documento Verde. Referiu depois um aspeto positivo que está no projeto de Lei e que lhe agrada e que é o facto de as freguesias fundidas continuarem a conservar as mesmas denominações. Continuou perguntando, que freguesias fundir, dizendo achar que é muito complicado. Disse ainda que apesar de ser a Câmara quem tem que propor, gostaria que nascessem algumas propostas das Assembleias de Freguesia facilitando assim o trabalho da Câmara e desta Assembleia. Continuou sugerindo que se definissem um conjunto de parâmetros de forma a que se pudesse chegar a alguma conclusão, tais como número de habitantes e proximidade territorial, para que as assembleias de freguesia se pronunciassem sobre isso.

Luis Carlos Vieira Monteiro (PSD):

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra disse que o artigo 10º da proposta de lei refere que é após consulta da Câmara Municipal, encontrando-se está em falta, porque não consultou formalmente nem propôs. Por outro lado, disse, seria importante saber o que a Câmara enquanto entidade que gere o ordenamento do território, pensa sobre este assunto, pois será a Câmara que irá colher e sofrer todos os benefícios e inconvenientes da gestão e da organização do território. Disse ainda que ouviu o senhor Presidente da Assembleia dizer que quer ouvir propostas dos partidos, dizendo que ainda há pouco, no assunto de S. Jorge, foi aqui dito para não se partidarizarem as coisas, porque é um assunto muito sensível, tentando arranjar unanimidades e aqui, como é uma questão que poderá comportar prejuízos eleitorais, já se quer ouvir os partidos.-----

-----**Helder Ferreira Paulino (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS):** referiu que o caso concreto de S. Jorge nada tem a ver com esta reforma autárquica. Acerca deste assunto disse que foi uma bomba que se colocou nas mãos das Câmaras e Juntas de Freguesia, acrescentando que dos treze presidentes de Junta que existem no concelho, será muito difícil levar um assunto destes às respetivas assembleias de freguesia. Dizendo que alguém vai sofrer, referiu que Olga Silvestre apontou a Câmara como a entidade que deverá apresentar uma proposta, reforçando que não vai ser nada fácil.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que ainda estão a chegar contributos à Assembleia da República, estando o Secretário de Estado a fazer um périplo pelo país nesse sentido e dizendo ainda que a ANMP e a própria ANAFRE também terão que ser ouvidas.-----

-----Disse ainda que a lei prevê que a Câmara Municipal decida e que a Assembleia Municipal delibere sobre essa proposta, e pergunta qual será a posição da Assembleia Municipal se a Câmara não decidir nada, por que é isso que vai acontecer em muitos municípios. Disse depois a Luís Monteiro que a apresentação de uma proposta neste momento é extemporânea, dado que ainda estão a ser colhidos dados para a consolidação da lei. Disse depois que Helder Paulino colocou uma questão óbvia, pois nenhuma assembleia de freguesia irá decidir no sentido da sua própria extinção.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso- PSD):**-----

-----Pedi a palavra para dizer que esse caminho tem que ser feito e têm que se pensar quais as perdas e quais os ganhos que advêm da hipotética agregação das freguesias. E esse caminho tem que ser feito pela Câmara Municipal que tem de propor, discutir e esclarecer os munícipes.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):** pediu que o esclarecessem sobre se uma freguesia pode fracionar-se, indo metade para uma freguesia já existente, tendo o senhor Presidente da Câmara dito que sim.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia, referiu que na próxima sessão da Assembleia é provável que a lei já tenha sido aprovada pela Assembleia da Republica, ficando nessa altura em condições de marcar a sessão extraordinária, dizendo que não se resolve nada com atitudes negativistas e tecendo alguns considerandos sobre este assunto, disse ser de vital importância que não seja Lisboa a decidir sobre os destinos das freguesias do concelho apelando a todos para que se inicie esse trabalho e para que se comece a olhar para este problema com espírito construtivo. -----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD)**, interveio também para dizer que esta Assembleia e a Câmara, todos em conjunto deveriam pensar e incentivar nesse sentido. Disse depois que não se está aqui a trabalhar para hoje ou para amanhã e que a Câmara ficará certamente melhor se tiver menos Juntas de Freguesia e que ninguém está a pensar no futuro e de como o mesmo pode ser melhor, devendo procurar-se acalmar os medos das pessoas.-----

-----**2. Relatório Anual da Atividade da CPCJ de 2011:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que este assunto era para ser apresentado pela senhora Vereadora Rita Cerejo, que por razões de todos conhecidas não pode estar presente, dispensando-se de ler o documento dado que o mesmo foi enviado a todos os membros desta Assembleia. Referiu-se depois à quantidade de processos que esta Comissão tem vindo a acompanhar de perto, o que é significativo.-----

-----**Maria Teresa Jorge Gomes (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que o senhor Presidente da Câmara se referiu aos casos de violência doméstica sinalizados com algum cuidado, dizendo querer saber até que ponto tem fundamento a notícia no jornal O Portomosense, onde uma senhora diz que fica revoltada com a frieza com que as técnicas da Câmara atendem esses casos.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Referiu que queria felicitar a senhora vereadora e as técnicas pela elaboração deste documento que dá uma ampla visão da problemática, que infelizmente já vai passando por este concelho, pelo que todo o apoio e recursos que a Câmara puder pôr à disposição deste grupo de trabalho, certamente serão sempre poucos.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que é a terceira vez que os deputados municipais são apresentados

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com um programa de informática, dizendo que o que está aqui não é nenhum relatório mas apenas um programa de informática em que se limitaram a colocar umas cruzinhas, porque um relatório tem de ter uma avaliação de uma função e que a partir deste relatório não consegue perceber a realidade, pelo que pede à Câmara que a Comissão faça o seu trabalho de avaliação, que não é isso que está aqui.-----

-----**Lúis Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

-----Começou por dizer que faz parte da Comissão Alargada, tendo sido eleito em 2009 aqui na Assembleia Municipal, e esta não tem qualquer contacto com processos, sendo apenas no âmbito da promoção e da publicitação da atividade da CPCJ e o seu intercâmbio com a sociedade civil do concelho. Disse depois, que na situação que a anterior deputada falou relativamente à violência doméstica, a CPCJ só intervém quando estão em causa menores e não noutras situações de violência doméstica. Quanto ao relatório, disse que sim, que se trata de um relatório informático, mas que faz parte de um organismo nacional que gere todas as comissões e que está padronizado e informatizado para ser assim a nível nacional, porque isto também é controlado pela entidade superior para que seja possível comparar que o trabalho realizado em todos os concelhos gerindo-se por esses parâmetros objetivos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que o deputado Luís Monteiro já respondeu à questão do relatório. Quanto à questão da frieza das funcionárias, disse que os processos são sigilosos e por vezes as pessoas confundem sigilo e isenção com frieza dizendo que repudia o que foi dito.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que foi aqui mencionado se deve ou não ser alterada a maneira como os deputados se dirigem à Assembleia. Disse ainda que defende que a Assembleia deve ser responsável, deve cumprir o Regimento, deve ser livre não devendo haver nada que condicione a atitude dos deputados. Tudo aquilo que vá coartar a espontaneidade dos deputados pode ser prejudicial para o desenvolvimento dos trabalhos. Exemplificou depois que na própria Assembleia da Republica qualquer deputado fala de pé do lugar onde está e voltado para o Presidente e dirige-se ao Presidente. Quando aqui se diz que se deve falar olhos nos olhos, pergunta...mas de quem, deputados com deputados? Dizendo ainda não ser esse o modo de se intervir numa assembleia, pois numa assembleia fala-se de pé voltado para o Presidente. Continuou dizendo, no entanto se aqui os deputados por maioria, votarem que querem aqui um púlpito, o mesmo estará aqui presente na próxima sessão, no entanto, disse ter a certeza que isso irá fragilizar a espontaneidade de muitos dos presentes.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra passou a dizer que muitas vezes trás a sua intervenção escrita previamente, e que atendendo às condições de funcionamento da Assembleia, com ausência de secretária, é por vezes difícil manusear os documentos. Com o púlpito, torna-se mais fácil a intervenção, olhando o interveniente diretamente para os outros colegas de bancada. Terminou dizendo que há muitas assembleias municipais onde se fala desde um púlpito e que concorda com a ideia.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD)**, disse que concorda com a existência de um púlpito, e que ainda hoje esteve por razões profissionais na Assembleia de Freguesia de Prazeres e lá está um pequeno púlpito. Disse ainda que isto não obriga a que as pessoas sejam obrigadas a falar do púlpito mas que deve existir como opção.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que subscreve o que foi dito por Carlos Venda e prescinde da palavra.-----

-----**Rui Fernando Correia Marfo (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----No que se refere à transmissão das Assembleias *on line*, disse ser-lhe indiferente. Quanto à existência de um púlpito, disse que só faz sentido para fazer a apresentação de uma declaração política ou de uma moção, porque senão o que acontecer é passar-se o tempo todo a levantar e a passar em frente uns dos outros em vez de se debaterem os assuntos. -----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----No que diz respeito ao púlpito, disse que seria dos ficavam sentados. Quanto à internet, uma nota de rodapé: a questão da internet da Assembleia Municipal de Peniche é uma iniciativa do Partido Socialista de Peniche. Em relação ao púlpito, disse pensar que serve para exercitar dons de oratória, que se trata de uma fogueira de vaidades, que é uma figura de estilo que está bem na Assembleia da República e que não tem muita razão de ser numa Assembleia Municipal.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Disse que o púlpito só se justifica para grandes intervenções, porque senão perder-se-á imenso tempo. Quanto à internet, disse ser uma ideia bonita de Ana Narciso, mas que os irá pôr pouco à vontade.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que na Igreja da sua freguesia existia um púlpito, onde não via o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

padre há vinte anos. Quanto à internet, perguntou se a Câmara não tinha mais onde gastar o dinheiro.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):** disse que quanto a si não tem qualquer problema com a transmissão das sessões *on line*, porque agora estão a ser vistos por trinta pessoas e assim estariam a ser vistos por quinhentos ou mais. Quanto ao púlpito, disse achar que estão aqui para convencer os outros a votar naquilo que acham dever ser votado, achando, e porque os votos são todos iguais, que deviam falar uns para os outros.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou então a dizer que será então colocado um púlpito que será usado por quem assim o entender.-----

-----**Pedro Lavado Gomes Vieira (PS):**-----

-----Disse que queria dar uma achega mais técnica, dizendo a transmissão via internet iria acarretar grandes custos para a Câmara em termos de equipamento. Se o que se está a propor vai no sentido de estender à população as assembleias municipais, então que se façam alternadamente nas diversas freguesias.-----

----- **3. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que iria prescindir de ler o documento que foi enviado a todos os deputados passando penas a fazer algumas considerações quanto aos assuntos em questão. Começou por referir o estado avançado em que se encontram as obras do IC9 estando prevista a sua conclusão para finais do mês de março e sua abertura em abril. Informou que teve uma reunião sobre a questão da rotunda da Tremoceira e da passagem superior nas Pedreiras, tendo já informado o senhor Presidente da Junta de Freguesia do resultado da mesma, encontrando-se as coisas bem encaminhadas. Referiu depois que foi assinado protocolo com a Estradas de Portugal para a entrega à Câmara do troço da Estrada 143 entre a rotunda do Intermaché e a cooperativa para que se possam ali fazer as obras necessárias sem se andar a pedir pareceres que depois vêm com exigências. A ligação do Parque Industrial à EN1 está numa fase bastante adiantada. Disse depois que queria informar a Assembleia duma situação, por uma questão de transparência, referindo que a sua esposa tem um terreno na área desportiva de Porto de Mós, com uma área sensivelmente correspondente à de um campo de futebol que está a ser utilizado desde 2007 pela Câmara Municipal, sendo que está a ser ocupado desde que as Festas de S. Pedro ali se instalaram. Disse ainda que em 2007 era para ter feito a escritura o que veio sendo adiado. Tendo neste momento, a Câmara Municipal já adquirido todos os terrenos, e encontrando-se aquele encravado, impõe-se que o negócio se concretize.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuou depois dizendo que foram implementadas medidas de incentivo à ligação do saneamento, esclarecendo que essas medidas foram excepcionais, porque as pessoas são obrigadas por lei a ligar o saneamento. Acrescentou que os trabalhos estão concluídos, e que agora compete aos munícipes fazerem essa ligação que obrigatória. Referiu-se depois ao processo de avaliação de imóveis no âmbito do IMI e à sua complexidade, dizendo que todas as moradias que nunca foram avaliadas o serão este ano.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Questionou, sobre a agregação das freguesias, perguntando até que ponto seria possível fazer um desconto do IMI durante um ou dois anos às Juntas de Freguesia que forem agregadas, porque acha que com isso se minimizam os estragos e se acalmam as pessoas e que o pagamento pela Câmara ou pelo resto do concelho, pode não ser assim tão oneroso.-----

-----Referiu-se depois às obras que foram feitas na zona industrial de Mira de Aire dizendo que quando por lá passa sempre por ali vê pessoas a andar a pé dizendo tratar-se de um sítio muito agradável. -----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD):**-----

-----Acerca da reforma administrativa, disse que todos, Assembleia e Juntas de Freguesia devem pensar muito a sério nesse assunto, dizendo acreditar que daqui até lá aparecerá concerteza uma nova proposta.-----

-----Convidou depois todos os presentes para a II Prova de Vinhos de Vinhateiros, produzidos na freguesia, que se irá realizar em Pedreiras. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que queria apenas fazer três chamadas de atenção. Dirigindo-se a António José Teixeira, disse que ninguém está aqui para se envaidecer seja com o que for. Ao senhor Presidente da Câmara disse que tinha enviado um *e-mail* com uma sugestão para a escola da Fonte do Oleiro, quanto à iluminação, dizendo que ainda não houve qualquer alteração. Disse ainda que queria perguntar acerca da estrada Ribeira de Baixo/Tojal, dizendo que gostaria que antes que o IC9 ficasse pronto, que aquela estrada ficasse em condições de servir a população. -----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse que apenas queria fazer três perguntas, uma relativamente à Carta Educativa que precisando de ser revista, se essa revisão já foi iniciada. Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, nunca mais soube o que se passava. No que se refere ao prémio Oliveira Perpétua, saber em que ponto está a situação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Virgílio Casimiro que quanto ao IMI no concelho o que foi aprovado, foi o mínimo que a lei prevê, não lhe parecendo ser possível tal alteração. -----

-----A António Rogério, disse que o evento nas Pedreiras é interessante para quem não conduz.-----

-----A António Pires disse que tem o projeto da Rotunda para o caso de ele querer ver no final da sessão.-----

-----Quanto à estrada Ribeira de Baixo Tojal, disse que está à espera de uma decisão de Vasco Fino há meses.-----

-----A Ana Narciso disse que está a ser feita a revisão da Carta Educativa. Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, disse que não tem reunido. Quanto ao Prémio Oliveira Perpétua, disse que no âmbito da cultura está a avançar um regulamento de atribuição de medalhas e insígnias do município de Porto de Mós, onde se insere esta questão do prémio. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 do dia 25 de fevereiro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

